

Centro Social e Paroquial de Santo António
(Exercício de 2017)

BALANÇO

Dezembro 2017

Rubricas	Notas	Exercícios	
		2017	2016
Activo			
Activos não correntes			
Activos fixos tangíveis	5	75 221,95	51 954,97
Investimentos financeiros	5	3 960,49	2 549,41
		79 182,44	54 504,38
Activos correntes			
Créditos a receber			
Estado e outros entes públicos	17	+0,01 1 832,01	557,28
Diferimentos	17	6 367,92	251 801,91
Outros activos correntes	15	13 283,13	15 804,86
Caixa e depósitos bancários	15	281 752,25	209 857,72
		303 235,31	478 021,77
Total do Activo		382 417,75	532 526,15
Fundos patrimoniais e passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17	47 703,35	47 703,35
Resultados transitados	17	186 168,30	173 793,81
		233 871,65	221 497,16
Resultados líquido do exercício		-185 666,99	12 374,49
Total dos fundos patrimoniais		48 204,66	233 871,65
Passivo			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores			
Estado e outros entes públicos	17	44 626,18	43 382,17
Diferimentos	17	289 586,91	254 815,50
Outros Passivos correntes			456,83
		334 213,09	298 654,50
Total do passivo		334 213,09	298 654,50
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		382 417,75	532 526,15

A Direcção
 Con. Carlos Nunes
 Raquel
 P. Oscar
 António

A.C.C.

Teresa Almeida

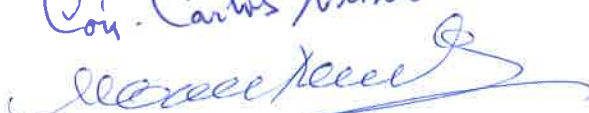
Centro Social e Paroquial de Santo António

(Exercício de 2017)

Demonstração dos resultados por Natureza

Rendimentos e Gasto	Notas	Exercício	
		2017	2016
Vendas e Serviços Prestados	10	161 749,16 ✓	179 745,94
Subsídios, doações e legados de exploração	12	2 380 296,76 ✓	2 478 810,71
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9	52 094,02 ✓	54 294,52
Fornecimentos e serviços externos	15	582 910,90	585 756,65
Gastos com pessoal	16	2 089 015,32	1 996 894,84
Outros rendimentos e ganhos	10	5 585,39 ✓	100,00
Outros gastos e perdas	15	436,50 ✓	539,62
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		-176 825,43	21 171,02
Gastos/reversões de depreciações e de amortização	5	8 833,48 ✓	8 796,53
Resultado operacional (antes de gastos e de financiamento e impostos)		-185 658,91	12 374,49
Juros e gastos similares	15	8,08	
Resultado antes de impostos		-185 666,99	12 374,49
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-185 666,99	12 374,49

A.C.C.

A Direcção
Cois. Carlos Nunes

Raquelout Pereira

Tânia Cerna Fereira

P. César Andrade


Demonstração dos Fluxos de Caixa

Rubricas	2017	2016
<i>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</i>		
Recebimento de clientes e utentes +	161 749,16 €	179 745,94 €
Pagamento de subsídios -		
Pagamento de apoios -		
Pagamento de bolsas -		
Pagamento a fornecedores -	554 561,77 €	639 812,25 €
Pagamentos ao pessoal -	1 411 253,65 €	1 387 477,17 €
Caixa gerado pelas operações	1 804 066,26 €	1 847 543,48 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre rendimento -		
Outros recebimentos/pagamentos	1 902 561,25 €	1 828 526,93 €
Fluxo das caixas das actividades operacionais (1)	98 494,99 €	19 016,55 €
<i>Fluxos de caixa das actividades de investimento</i>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis -	32 100,46 €	- €
Activos intangíveis -		
Investimentos financeiros -		
Outros activos -		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis +		
Activos intangíveis +		
Investimentos financeiros +		
Subsídios ao investimento +		
Juros e rendimentos similares +		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	32 100,46 €	- €
<i>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</i>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamento obtidos +		
Realização de fundos +		
Cobertura de prejuízos +		
Doacções +	5 500,00 €	
Outras operações de financiamento +		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamento obtidos -		
Juros e gastos similares -		
Dividendos -		
Redução de fundos -		
Outras operações de financiamento -		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	5 500,00 €	
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	71 894,53 €	19 016,55 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	209 857,72 €	228 874,27 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	281 752,25 €	209 857,72 €

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, likely representing the approval of the financial statements.

Anexo

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 / **Designação da entidade:** Centro Social e Paroquial de Santo António

1.2 / **Sede:** Entrada Particular da Igreja, n.º 2

1.3 / **Natureza da Atividade:** O Centro Social e Paroquial de Santo António é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, sendo a sua actividade principal de o Apoio Social com alojamento.

1.4 / Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não seja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas SNC.

1.5 / Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 / REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 / *Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras*

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho – SNC;

Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro;

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de demonstrações financeiras;

Portaria n.º 106/2011, de 14 de março – Código de Contas;

Aviso n.º 6726 – B/2011, de 14 de março – NCRF-ESNL.

2.2 / **Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3 / **Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

A) Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2016.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 / Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos do CSPA, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

É procedimento da Instituição depreciar a 100% os ativos fixos tangíveis de reduzido valor, dado a sua imaterialidade.

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhoras significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que ocorrem. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis

para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

IMPARIDADE DOS ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTOS

As propriedades de investimento são constituídos por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de renda e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensuráveis com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes (referem-se aos Utentes) estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade. As dívidas de «outros terceiros» encontram-se mensuradas ao custo.

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Fornecedores e outras dívidas de terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas de fornecedores ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando geradas, independentemente do momento em que são reconhecidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, diuturnidades, feriados, subsídio de turno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e o subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Eventos Subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.2 / Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 / Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos do Centro Social e Paroquial de Santo António.

4 / POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

Apesar da introdução e aplicação da NCRF para as Entidades do Setor não Lucrativo (ESNL), não se verificou alterações de estimativas contabilísticas apresentadas no âmbito do POCIPSS, nem foram apurados erros materialmente relevantes originários de anos económicos anteriores.

Não foram aplicadas reexpressões retrospectivas.

5 / ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- ❖ Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas;
- ❖ As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos;
- ❖ Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abates	31-12-2017
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	46.145,89			78.246,35
Equipamento básico	16.450,05			10.757,00
Equipamento de transporte	21.963,55			21.963,55
Equipamento administrativo	288.813,53			294.506,59
Outros ativos fixos tangíveis				
Investimentos em curso - ativos				

tangíveis				
Ativo Tangível Bruto	373.373,02			373.373,02
Depreciações acumuladas	321.418,05			330.251,54
Depreciações Acumuladas	321.418,05			330.251,54
Ativo Tangível Líquido	51.954,97			75.221,95

As depreciações do exercício, no montante de 8.833,48 euros, foram reconhecidas na rubrica Gastos de depreciação e amortização.

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, e a vida útil determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

5.1 / PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Não aplicável

6 / ATIVOS INTANGÍVEIS

Não aplicável

7 / LOCAÇÕES

Não aplicável

8 / CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Não aplicável

9 / INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o FIFO como fórmula de custeio. O sistema de inventário utilizado é o permanente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	52.094,02	54.294,52
Total	52.094,02	54.294,52

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período.

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalham-se conforme segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Saldo Inicial	0	0
Compras	52.094,02	54.294,52
Saldo Final	0	0
Gastos no período	52.094,02	54.294,52

10 / RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rendimentos	2017	2016
Matrículas e mensalidades	161.749,16	179.745,94
TOTAL	161.749,16	179.745,94
Subsídio à exploração		
Infância e Juventude	77.361,83	123.264,39
Família e Comunidade	221.360,97	216.077,84
Invalidez e Reabilitação		
Terceira Idade	1.682.242,45	1.776.867,54
Emergência Alimentar	399.331,51	371.290,00
TOTAL	2.380.296,76	2.487.499,77
Outros rendimentos e ganhos		
Desconto de Pronto Pagamento	0,00	0,00
Donativos	5.585,39	100,00
TOTAL	5.585,39	100,00
TOTAL	2.547.631,31	2.667.345,71

11 / PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES

Não aplicável

12 / SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

A actividade é desenvolvida numa parceria com a Segurança Social e como tal os subsídios que recebe provêm directamente do Centro de Segurança Social da Madeira. No ano de 2017 foi transferido para o CSPSA o valor de 2.380.296,76€.

13 / EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável

14 / IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Não aplicável

15 / INSTRUMENTOS FINANCEIROS**Políticas contabilísticas**

Foram utilizadas as bases de mensuração e outras políticas contabilísticas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

15.1/ Fornecedores/Clientes/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de «Fornecedores/Clientes/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal» apresentava apenas valores relativos às pensões dos utentes:

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	TOTAL	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	TOTAL
Passivo						
Outros Passivos Financeiros	0,00			456,83		456,83
TOTAL				456,83		456,83

15.2 / Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	94,07	541,88
Depósito à ordem	281.658,18	209.315,84
TOTAL	281.752,25	209.857,72

16 / BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2017	2016
Gastos com pessoal		
Remuneração do Pessoal	1.681.409,81	1.651.209,32
Encargos sobre remuneração	347.071,86	332.729,19
Seguro Pessoal	25.388,55	18.077,93
Outros Gastos	4.797,74	3.686,21
TOTAL	2.058.667,96	2.005.702,65

A rubrica “Outros gastos” inclui gastos com Higiene e Segurança no Trabalho.

17 / OUTRAS INFORMAÇÕES

17.1 / Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017		31-12-2016	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Estado e outros entes públicos				
Ativos				
Pagamento IRS independente	135,57		-557,28	
Pagamento Sobretaxa IRS	0,00		108,00	
FGCT/FCT	56,45		116,34	
Total do Ativo	192,02		-332,94	
Passivo				
Retenção de imposto sobre rendimento	7.265,00		7.104,00	
Retenção de imposto sobre outros rendimento	-1.018,92		309,02	
Contribuições para a Segurança Social	36.356,08		35.744,81	
Total do Passivo	42.602,16		43.157,83	
TOTAL LÍQUIDO	42.794,18		42.824,89	

É de salientar que os valores em dívida em 31 de dezembro de 2017, relativo a *retenção de imposto sobre o rendimento e as contribuições para a segurança social*, são relativas a dezembro de 2017, pagas em janeiro de 2018.

17.2 / Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	31-12-2017
Ativos	
Gastos a reconhecer	
EEMadeira CC90	99,92
EEMadeira CC91	651,38
EEMadeira CC92	58,90
EEMadeira CC95	366,28
EEMadeira CC99	97,52
Água CMFx CC90	29,13
Água CMFx CC91	78,58
Água CMFx CC92	42,92
Água CMFx CC95	104,52
Água CMFx CC99	68,86
Gasinsular CC 90	63,23
Comunicação CC90	0,00
Comunicação CC91	145,96
Comunicação CC92	36,60
Comunicação CC95	0,00
Comunicação CC99	46,85
Contabilidade	549
TOTAL	2.439,65

Diferimentos	31-12-2017
Passivos	
Rendimentos a reconhecer	0,00
TOTAL	0,00

17.3 / FLUXOS DE CAIXA:

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Descrição	31-12-2017
Caixa e depósitos bancários	
Ativos	
Caixa	94,07
Depósito à ordem	281.658,18
TOTAL	281.752,25

Na divulgação dos *fluxos de caixa*, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimento e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos.

Na elaboração do referido mapa incluem-se:

- *Recebimentos de clientes e utentes (0111)* - as pensões, mensalidades, cantina interna e subsídios à exploração;
- *Outros recebimentos/pagamentos (013)* – as rendas, quotizações, donativos, a parte dos 20% dos utentes;

17.4 / ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorrido que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

17.5 / FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Fundos patrimoniais	31-12-2017	31-12-2016
Fundos	47.703,35	47.703,35
Reservas		
Resultados Transitados	186.168,30	173.793,81
Outras Variações de fundos patrimoniais	-185.666,99	12.374,35
TOTAL	48.204,66	233.871,65

Em relação aos *resultados transitados*, é procedimento da Instituição transferir o resultado líquido de cada período para resultados transitados.

17.6 / OUTRAS INFORMAÇÕES

No ano 2017 não foram feitos acréscimos de rendimentos, isto é, não foram reconhecidos valores que são pagos pelo Instituto de Segurança Social da Madeira à Instituição por recomendação da Segurança Social cujo motivo deve-se aos acordos serem anuais e não haver obrigatoriedade nem compromisso por parte da Segurança Social. Estes acréscimos são feitos na proporção das férias e subsídios de férias que são pagos no ano seguinte, mas dizem respeito ao ano anterior.

